

A SETEMBRIZADA

por **Mário Márcio de Almeida Santos**
da Universidade Federal de Pernambuco

Em setembro de 1831, o 14.º Batalhão de Linha, sediado em Pernambuco, amotinou-se. Horas depois, o 13.º de Artilharia aderiu ao levante. Recife foi então dominado pelos insurretos. Os rebeldes não tiveram o apoio da oficialidade ou da maioria da população, mas conseguiram recrutar alguns desempregados, certo número de presos e alguns escravos. Em seguida, começaram "a roubar com a maior desvergonha algumas lojas e vendas. Não se respeitou a Brasileiro e Português; davam **vivas** aos primeiros, e os saqueavam e assassinavam" (...) "Então a canalha, e alguns escravos unindo-se aos soldados continuaram a saquear as lojas e tavernas" (1).

Ocupada a cidade, limitaram-se a pilhar o que estivesse mais à mão, sendo até certo ponto baixa a quantidade de vítimas entre os não amotinados, conforme reconhece José Joaquim Pinheiro de Vasconcelos, Presidente da Província:

"dos cidadãos entre assassinados por ocasião do saque e os que se bateram contra eles, chegaria a trinta e muitos feridos, alguns dos quais levemente" (2).

Do inquérito procedido, constatou-se a inexistência de uma liderança militar e a ausência de qualquer objetivo político.

"não era possível tratar com os rebeldes que, senhores das armas e espalhados em grupos por toda a cidade; não tinham chefe, e nem o levantaram" (3).

A espontaneidade e rapidez do levante força o historiador a questionar sobre as causas do motim; inquirir, por que os sublevados, depois de dominarem uma capital de província, deixaram-se massacrar por pequenos grupos de civis quase desarmados?

Bem verdade, certos indícios poderão ser aceitos, sem muita discussão, visto se repetirem em situações análogas. Numa sociedade onde inexistem formas institucionalizadas para o estabelecimento de compensações justas, a violência assume um caráter latente; além disso, onde os canais de participação popular não estão formalizados, a violência tende a transformar-se, subterraneamente, em epidêmica, para despontar em rebeliões nem sempre bem definidas ou discerníveis conceitualmente.

Nada obstante, é fácil a identificação de duas tendências opostas: de um lado, esse arrebatamento cego, verdadeiro "sonambulismo das massas"; do outro apatia, inércia, vasante dessa tempestade, quando o povo abandona-se a um desespero mudo, no qual o injusto volta a ser admissível e o calar equivale a não mais aspirar coisa alguma. Desta maneira, o desespero julga e deseja, tudo e nada, ao mesmo tempo.

Para tornar inteligíveis tais sublevações, melhor explorar um dado conceitual mais amplo e evitar certos determinantes — "luta de classes", "sistema econômico", "forças de produção" etc. — Variáveis que devem ser mantidos como exógenos, ou eliminados, se necessário, como modelos explicativos.

Aconselhável, também, um posicionamento metodológico capaz de discernir o "espírito de revolta" como um fenômeno habitual entre grupos sociais nos quais a igualdade teórica oculta grandes desigualdades reais, à semelhança das comunidades escravocratas; onde o homem livre, mas desprovido de recursos, é sempre aliado do mercado de trabalho ou absorvido em condições de subemprego. Aliás, quanto mais pobre o povo, maior o desequilíbrio de salário e renda.

No caso da setembrizada, várias interrogações perduram. A começar pelo desfecho do levante, absurdo, surrealista, posto que numa cidade dominada pela força das armas, seus conquistadores se deixaram vencer pela embriaguez, até serem massacrados sem ao menos — como a mais mezinha prudência determinava — armarem um esquema tático de defesa. Mas há outros aspectos mais obscuros: a não formação de uma frente única entre amotinados e negros do quilombo do Catucá; a possibilidade do motim ter sido uma manobra do partido restaurador para afastar da província os efetivos militares do governo; ou, num plano regional, as dúvidas quanto a origem do nome da localidade denominada "Chora Menino".

O objetivo do trabalho é responder a estas interrogações e, se possível, tentar desvelar aquela indagação de Maquiavel sobre a "verità effettuale della cosa".

Claro, os fenômenos sociais são ininteligíveis quando seccionados do seu contexto histórico. Estudar as causas, por mais evidentes e importantes que sejam, não isenta o enfoque dos pequenos e insignificantes indícios. Em história, como em física, são as pequenas coisas, as infinitas partículas, que desafiam qualquer explicação.

Dentre todos os encadeamentos que provocaram a Setembrizada, o primeiro deles é o da própria cidade do Recife, cujas condições reais, na época, são bem diferentes dos idílicos e pitorescos quadros evocados pelos defensores da sociedade patriarcal.

A capital da província era formada de ruelas estreitas, escuras, tortuosas. Nela fermentavam o ódio e a revolta. Às nove horas soava o toque de silêncio no quartel do Campo do Erário, quando se recolhiam todos às suas casas. Estas, salvo alguns sobrados magros de três ou quatro andares, eram quase todas de taipa, acavaladas umas sobre as outras. Ao problema da escravidão, da ausência de uma classe média, do monopólio da terra nas mãos de uns poucos, do comércio e das finanças sob o domínio estrangeiro, acrescentava-se outro, tão odioso quanto aquele, posto que dava como resultado a espoliação do Norte pelo Sul do país, que então, como hoje, detinha as manivelas do poder político. Pela Constituição do Império, as províncias gozavam das mínimas condições possíveis de descentralização administrativas. Nem mesmo tinham direito a sua integridade territorial, causa dos desmembramentos que sofreram o Paraná e o Amazonas. O presidente de cada província era nomeado pelo **Premier**, sendo um simples delegado do poder central, ao passo que os conselhos gerais da província tinham apenas as funções restritas de "propor, discutir e deliberar sobre os negócios mais interessantes de suas Províncias", mediante projetos que depois remetiam ao governo central. Essa a razão do forte sentimento federalista local, conforme se verifica na crítica publicada em 14 de julho de 1831, no Diário de Pernambuco:

"A Federação quer seja autorizada pela Assembléia, quer se realize pela vontade da própria nação, é igualmente legal, e justa, é igualmente o voto de todos os brasileiros."

Para Koster, fino observador, a política centralista do governo luso, repetida, depois, no Império e continuada na República durante a vigência das Constituições de 1837 e 1867, é uma das circunstâncias que lhe serve de crítica: "paga-se em Pernambuco, escreve ele, um imposto para a iluminação das ruas do Rio de Janeiro quando essas do Recife ficam em total escuridão. Não obstante as despesas do governo provincial serem avultadas e absorverem considerável parte da receita, pela razão do alto número de funcionários empregados em todos os departamentos, os ordenados são sob vários aspectos, muito baixos para que se possam garantir uma subsistência confortável. Conseqüentemente, o peculato, a corrupção e outros crimes decorrentes, são frequentes e escapam a punição quase sempre, sendo apenas notados" (4).

Os crimes contra o patrimônio se multiplicam. Até escravos são assaltados. Em 1827, "José Maria, oficial de alfaiate, estava roubando camarões de um escravo a quem esbofeteou". Na refrega que se segue, o escravo joga uma pedra num dos parceiros do alfaiate. Por isto, "foi castigado arbitrariamente mui à vontade do homem livre, subreptor do seu mercado. Hoje, 3 de abril, recolheu o escravo ao calabouço do Quartel de Polícia onde se passou novamente a castigar o dito escravo e continuava a pancadaria sem formalidade alguma, sob forma de espadeiradas, palmatoadas e chicotadas" (5).

Pretos, por sua vez, atacam brancos: "a crioula Maria Manoela foi presa por haver dado uma canivetada em um europeu" (6).

Em 4 de setembro de 1831, poucos dias antes de eclodir o motim do 14.º Batalhão, a expectativa de um confronto entre a elite dominante e negros do quilombo do Catucá, continua a ameaçar aquele frágil equilíbrio de poder:

"Os Srs. Proprietários em cuja casa chegar a escolta de Cavalaria de Polícia que vai a villa de Goiana conduzir a esta Praça alguns soldados do Destacamento daquela villa que vêm presos lhe hajão de prestar a bem do serviço público, cômodos para

se arranjam e para terem os cavalos abrigo de não fugirem ou serem furtados: e isto tanto na ida como na volta" (7).

A situação dos homens livres, alijados da posse da terra ou dos cargos administrativos, não era muito superior a dos escravos. Tollenare, que tinha um senso de observação bem gaulês, sobretudo para a condição feminina, escreve: "quando se lança o olhar no interior destas casas baixas de Santo Antônio e Boa Vista, vê-se as mulheres quase nada deixam a desejar à curiosidade libertina; mas, também nada oferecem de muito sedutor. A mobília, que parece consistir apenas numa rede, algumas esteiras e uns poucos vasos de barro, anuncia a miséria e a imundice" (8).

Miséria e crime andam seus passos juntos, conforme se verifica no ofício do Ten-Cel. Francisco José Martins, ao Presidente da Província, José Pinheiro de Vasconcelos, em 12 de agosto de 1831, dando notícia de uma diligência feita a um antro de salteadores em pleno centro da cidade: "Admira, Exmo. Sr. que no centro desta cidade existisse um asilo tal para semelhante gente, a referida casa tinha apenas duas esteiras e uns cacos velhos e nem fogão faziam para a comida" (4).

Do desemprego, sintoma típico de uma sociedade pré-capitalista e escravocrata, resulta uma oferta não aproveitada de mão-de-obra, a qual, abandonada à própria sorte, descamba para a vagabundagem e não demora em transformar-se numa forma direta e primária de contestação, como o assalto e a formação de quadrilhas, tantas e tão bem organizadas que ameaçam o poder. É o que se depreende de um dos ofícios do chefe de polícia: "Constando geralmente, e até por via de representações dirigidas a este governo, que vagam (...) toda a Província tem-se feito mais notável pelos continuados roubos e assassinatos, uma composta de mais de trinta indivíduos, que costumava infestar as estradas de Pau Sêco e Carvalhos, de que tem resultado serem abandonadas algumas Fazendas por seus respectivos proprietários com sacrifício de seus interesses" (10).

Recife tinha ao Norte o quilombo do Catucá; ao sul, quadrilhas de salteadores, as quais, muitas vezes, obrigavam os proprietários a "abandonarem suas fazendas," já que não podiam defendê-las. A administração provincial, despojada pelos impostos exorbitantes do governo central, sustentada por um funcionalismo mal pago e corrupto, tinha ainda de enfrentar uma luta permanente contra várias formas de desafios: quilomboias, assaltantes, violência urbana. Para completar, outro repto: o surto de moedas falsas, de cobre, impossibilitava as pessoas de fazerem transações à base de tal moeda com receio de prejuízos. Isto agitava sobretudo a camada mais pobre da população, que não dispunha de outras moedas de maior valor. Tão grande era o número destas fábricas, que o Governo se viu obrigado, certa vez, a proibir a venda de folhas de cobre (11).

Para conter a onda de violência e conflitos, a presidência da província só dispunha de forças mal adestradas e pessimamente motivadas. Vejamos um exemplo entre dezenas: "O quartel de 5 Pontas me foi destinado para a 1.º Comp. de Polícia do Corpo do meu inteiro comando, acha-se em mau estado de limpeza, por falta de duas calçetas (...); queira mandar prover o Quartel de água e luz, limpeza de forros e outros consertos que se fazem indispensáveis para o que poderá V. Excia. mandar proceder um exame" (12).

Faltava, inclusive, o equipamento necessário e a oficialidade, em muitas ocasiões, era obrigada a comprar suas montarias: "Achando-se os oficiais do Corpo do

meu comando no exercício dos seus postos, a quase dois meses e tendo a maior parte deles comprado cavalos a sua custa, sem que lhe tenha marcado a quantidade (...) razão a V. Excia. por meu intermédio queira levar a consideração do Exmo. Conselho a requisição do dito quantitativo" (13).

Em outro ofício da mesma época, o Comandante do Corpo de Polícia alertava ao Presidente da Província: "Mas quais podem ser frutos de meus esforços ou de qualquer outro para obter esses saudáveis resultados, tendo que confiá-los a um corpo formado de indivíduos desacreditados e apanhados à força pelo mais das veras desta Cidade? As praças do extinto Esquadrão nem são praças e que tragão ao Corpo de Polícia a escola de Serviço Militar, nem seu crédito público arrasta a confiança do Cidadão; mas ellas farão às que vierão servir de base a sua organização. As praças adquiridas pelo recrutamento nem dão ao Corpo soldados feitos, nem podem ser julgadas boas praças, huma vez que a sorte he quem as dá e que a **experiência mostra, que ellas são extraídas do número de vadios, viciosos e anarquistas**" (14).

Apesar das contundentes observações do autor, suas ligações com as instituições em vigor não lhe permitiam criticar com mais objetividade o processo de recrutamento; usado, na época, como instrumento político de desforra e vingança contra a clientela dos adversários vencidos. Um estrangeiro, no entanto, poderia fazê-lo. Foi o caso de Koster, que examina o problema e aponta suas causas. Escreve ele que "foram dadas ordens de recrutamento para os Regimentos de Linha do governador. Os homens exigidos são obrigados a esse serviço. As ordens vieram aos capitães-mores e foram distribuidas aos capitães. As instruções continham dessa vez, e creio que sempre contiveram, a indicação de prender as pessoas de mau caráter, de dezesseis a sessenta anos, enviando-as ao Recife para o alistamento, e nas famílias que contassem dois ou mais rapazes solteiros, um deveria ir para o serviço do país. **É essa a ocasião que a tirania tem o seu esplendor, que o capricho e o arbítrio se aliam e que a mais injusta parcialidade prevalece, e se executa a mais intolerável opressão**" (15).

O soldado, além de servir compulsoriamente, arriscava a vida em campanhas no Sul, Centro ou Norte do Brasil; tudo em troca de um soldo diminuto, pago com atraso (16) e de uma alimentação composta de "farinha negra, e amargosa, e toucinho péssimo, e tudo mais a proporção" (17).

Demais, disciplina rigorosa. As punições iam dos castigos corporais ao degredo em Fernando de Noronha e, em casos mais graves, fuzilamentos. A força suscita a força; o rigor, o desafio. Em consequência, multiplicam-se os motins, sedições, revides. Em ofício dirigido a Joaquim Pinheiro de Vasconcelos, escreve José de Castro e Silva, vice-presidente do Ceará: "Sossego e tranqüilidade pública desta capital mantido ainda nos dias de maior exaltação e influência pela nossa feliz regeneração foi, infelizmente, e com assombro, alterado no primeiro do corrente (1 de setembro de 1831), pela maior parte das Praças que vieram dessa Província destacada para esta, as quais desde o momento em que puseram o pé em terra encheram de receio e terror os pacíficos habitantes desacostumados a ver entre si tropas tão desenvoltas, tão insubordinadas, e mal disciplinadas" (18).

Na Paraíba, o presidente Francisco José Meira, temeroso de enfrentar uma revolta semelhante a do 14.º Batalhão, consulta seu colega de Pernambuco, Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos, sobre o seguinte: "... ouvindo o voto do Conselho se dirige a V. S. a fim de ver se, de conformidade com as Leis existentes, concorda em ir-se

dando baixa aos soldados do Destacamento para aqui mandados, pois que convém diminuir a força militar ora existente; que não pode ser conveniente às Liberdades Brasileiras, e a fatal experiência tem mostrado que soldados entrados em uma Revolução não podem jamais seguir os seus passos com a tranqüilidade que exige a segurança pública" (19).

• • •

Recife, desde o período colonial, permanece como centro de convergência econômico-cultural do nordeste. Dialeticamente, isto contribuía para o desenvolvimento da cidade, todavia, agudizava, ainda mais, as contradições do sistema latifundiário-escravocrata em confronto com o capitalismo alienígena. De tal contradição, resultava o agravamento das relações entre governantes e governados. Desemprego, escravidão e miséria, conviviam com um florescente comércio de exportação, que dominava a estrutura e servia de suporte a uma agricultura já no início da decadência, a qual, iria acentuar-se, duas décadas depois, com o predomínio do café no sul do país. Violência, assaltos, quilombolas, insubordinação militar, todos esses fenômenos resultavam, naturalmente, desse elenco causal; latifúndio, monocultura, escravidão, ausência de uma classe média, finanças e comércio sob o domínio estrangeiro e a espoliação fiscal resultante do centralismo governamental, sempre voltado para os interesses das províncias sulistas.

Ora, a visão das condições sociais refletem-se nas interpretações superestruturais em que os diversos grupos humanos decifram as infra-estruturas da sociedade a que pertencem. Destas, umas são **interiorizadas**, fazem parte do pensamento individual, donde o nome de **mentalidade**; outras, **exteriorizadas**, delas resultam as **instituições**...

É através das mentalidades e instituições que os indivíduos se conscientizam da realidade, sofrem suas pressões, dela participam. Logo, quando as mentalidades e as instituições se contradizem, a conjuntura torna-se revolucionária.

Nos anos trinta do século passado, ao lado dos que sofriam o látigo da escravidão, ou vegetavam, marginalizados, por causa de sua exclusão do mercado de trabalho, lavrava, entre os que detinham o monopólio da terra ou o domínio do comércio, uma série de objetos opostos e conflitantes, os quais rompiam qualquer possibilidade daquela coesão característica das sociedades criadoras, dinâmicas, onde os costumes e as mentalidades precedem as leis e traduzem valores e crenças dessa coesão interior. Politicamente, o reflexo dessa luta surda e sem trégua, forma um quadro que poderia ser representado — com muita superficialidade e alguns erros adiante apontados — num seguinte esquema: os donos de terras mais prósperos e os comerciantes mais bem sucedidos, acautelam-se contra reformas radicais, mesmo em níveis não perigosos como a federalização do Império, visto pressentirem o fermento de um governo republicano, cuja inclinação liberal poderia alijá-los do poder; os habitantes do Recife, aqueles de menores posses e recursos, acreditam que essas reformas dariam uma oportunidade de recolocá-los numa posição participativa na vida social, razão porque aprovam até mesmo a hipótese de uma secessão, se por esse meio fosse possível alcançar seus propósitos (20).

Com os extremos se tocam, surge um ponto de convergência unindo dirigentes dessa incipiente classe média urbana e os mais reacionários representantes do comércio luso. Ambos aceitam uma separação das províncias do norte para libertá-los do jugo sulista. Os primeiros, crenes na possibilidade de criarem uma futura repú-

blica; os segundos, com a esperança de restaurarem o imperador deposto. Por sua vez, os latifundiários temem os efeitos de uma reforma de cunho federalista, e impugnam qualquer tentativa de restauração posto que o retorno ao poder dos antigos colonizadores, provocaria, decerto, um ressurgimento dos velhos monopólios comerciais de Lisboa. Por isto, mesmo sofrendo a espoliação do governo central, preferem continuar apoiando a Constituição de 1824.

Esse quadro, superficialmente sugerido, deve ser aceito com prudência, já que as exceções são tão grandes que impossibilitam a sustentação de alguma posição irrefutável. Aliás, sendo o próprio saber científico relativo à nossa organização, nenhuma lei pode ser considerada absolutamente verdadeira, mas, tão-somente, uma hipótese em via de verificação. No caso presente, a maioria esmagadora era contrária ao português, pertencesse ele ao comércio, à administração civil ou às armadas. Comércio e agricultura rivalizavam-se em seus propósitos políticos, mas estavam sempre unidos contra a "canalha", os "molambos", a massa, enfim. Logo, torna-se impossível a demarcação, tão ao gosto dos maniqueístas, de um quadro no qual as figuras surgem em preto e branco. Então como agora, uma policromia de cores se contrapõe a essa rigidez simétrica, monótona, tão útil do ponto de vista didático, mas falsa quando pretende reproduzir o real com todas as suas nuances (21).

Várias tendências se concretizam em facções políticas. Algumas republicanas e um pequeno grupo de monarquistas constitucionais, ambos sobreviventes das lutas de 1817 e 1824. Do lado oposto, os absolutistas, representados por uma organização secreta denominada "Coluna do Trono e do Altar" — na maioria composta de comerciantes, funcionários públicos e militares portugueses. Contra eles, lutam os derrotados das duas revoluções anteriores e mais um número cada vez maior de pessoas que se batem por reformas de interesse regional. O partido luso, depois do 7 de abril, passa a desafiar o governo regencial lutando pela volta de Pedro I. Os federalistas, como resposta, radicalizam suas posições optando por transformações mais profundas, inclusive admitindo a possibilidade de uma república.

Contra esses extremos, surge uma terceira posição, a dos conservadores, interessados, todos, na permanência do *statu quo*, mesmo com todas as desvantagens do centralismo governamental. Combatem os absolutistas, porque de uma vitória dos partidários de Lisboa resultaria uma guerra civil; resistem aos monarquistas constitucionais, visto que a longo prazo estes levariam o país a um sistema republicano e, com ele, a abolição do tráfico de escravos ou mesmo do cativeiro. Assim, com frio realismo, resolvem "aceitar a abdicação, promover que não se proseguisse as suspensões, deposições e perseguições de empregados e outras pessoas por suas opiniões políticas anteriores, socorrer os órfãos desvalidos, cujos pais foram imolados judicialmente pelas comemorações políticas e opor-se a restauração, tudo por meios honestos e não contrários à lei" (22).

Objetivam conquistar muitas adesões no partido regressista defendendo a permanência dos funcionários perseguidos "por suas opiniões políticas anteriores", ao mesmo tempo, lutam por obter a simpatia dos inimigos do partido luso proclamando que "aceitam a abdicação". Querem, a todo custo, uma conciliação geral. São os "harmonizadores."

Numa visão simplista, tipo "luta de classes", poder-se-ia achatar todas essas posições, rotulando-as da seguinte forma: a "Sociedade do Trono e do Altar" como repre-

sentante da burguesia urbana; na esquerda, a classe média, defensora dos ideais federalistas; finalmente, ao centro a "Sociedade Harmonizadora", composta de latifundiários e financistas, pouco interessados com a "pessoa" do governante, fosse Pedro I ou os regentes, contanto que a paz e os negócios não fossem perturbados. Mas o real não tem essa horizontalidade. José Inácio de Abreu e Lima, por exemplo, o general das Massas, o republicano que lutara ao lado de Bolívar contra o domínio espanhol na América, ao regressar ao Brasil, pouco depois da abdicação, e ao contrário do que se poderia pensar, ele, que vinha de países dominados pela efervescência republicana, alista-se, convicto, ao lado dos monarquistas, no Partido Caramuru. Por certo o panorama da América espanhola,, depois da morte do Libertador, valia para ele de argumento convincente, ao observar como tudo ia se encaminhando para uma fragmentação do grande império que a Espanha conseguira, até então, manter sob o seu domínio. Abreu e Lima não poderia deixar de sentir os agravos e os ressentimentos, que haviam resultado da execução de seu pai pela dinastia dos Braganças. Nada obstante, parecia-lhe mais importante do que tudo a unidade nacional, no momento em que se dividia a América hispânica (23).

Crer na existência de uma "esquerda", escudada na sociedade secreta "Carpinteiros de São José", numa direita, representada pelo "Partido Caramuru" e numa ala conservadora configurada na "Sociedade Harmonizadora", não passa de puro anacronismo, fruto, talvez, do mito da "consciência de classe", o qual, segundo Koestler, é uma psicologia "baseada na hipotética noção de uma "consciência de classe" que, supõe-se, reflete a posição do indivíduo no processo da Produção, o que nunca foi demonstrado por um psicólogo num indivíduo vivo. Assim, defende-se uma crença axiomática repelindo também axiomáticamente os meios capazes de analisá-la" (24).

Os homens não agem racionalmente segundo os seus "interesses de classes", Na realidade eles não são nem tão cínicos nem tão altruístas. Conforme lembra a "Enciclopedia of Social Sciences, VII, 120: "pode ser considerado como lei histórica o fato de que os movimentos de classe são chefiados pelos membros das classes contra as quais são dirigidas".

Para o sociólogo francês André Decouflé, "uma correlação estabelecida sem matizes entre miséria e revolução, busca seu fundamento implícito numa concepção pseudocientífica da "tomada de consciência," que deve ser afastada, segundo parece por uma observação mais atenta: a massa de uma população não adquire consciência de um estado de miséria que ela decidiria um dia, devido a um reflexo coletivo de segundo grau, fazer desembocar numa revolução. Ela conhece sua miséria, que vive com ela e é uma coisa familiar em sua memória e é em sua vida cotidiana (...) O miserável não vê o mundo como o vê o sociólogo; o miserável está na sua miséria" (25).

Claro, pois, que os fantasmas metafísicos da "tomada de consciência" ou da "consciência de classe", não se materializam nessas sedições pré-políticas das cidades pré-industriais.

Feito este longo parentese, torna-se possível um reingresso ao factual, aos antecedentes imediatos do motim de 14 de setembro de 1831. Em abril daquele ano, D. Pedro abdicou. No dia 30 de maio, ou seja, um mês após, assume o Comando das Armas em Pernambuco, o Brigadeiro Francisco de Paula e Vasconcelos (26). Federalista, "um seu irmão, Miguel de Frias, que também tomou parte saliente nos acontecimentos que provocaram a abdicação, se destacaria logo após, no Rio de Janeiro, por suas idéias exaltadas, fortemente liberais" (27).

É evidente que se o novo Comandante das Armas tinha a simpatia dos federalistas, em contrapartida, sofreria a hostilidade dos partidários do imperador deposto. Os conservadores, por certo, se colocariam num estado de expectativa, temerosos de uma radicalização do processo. Assim, caso Francisco de Paula contivesse os extremistas e se firmasse numa atitude equidistante entre as duas facções, a Sociedade Harmonizadora lhe daria todo apoio.

Francisco de Paula, no entanto, estava mais preocupado com os problemas administrativos que teria de enfrentar. Eram muitos, aliás. Começou por reduzir qualquer despesa supérflua com a tropa. Logo no dia 4 de maio, faz suspender o pagamento do aluguel das casas dos oficiais do 19.º Batalhão, bem como os abonos que recebiam como destacados. Nessa mesma ocasião, trata de suprimir as gratificações dos militares que não estavam no exercício de suas funções (28). No 4.º Corpo de Artilharia de Posição, ordena aos responsáveis por um deficit de Rs. 1:430\$095, Antônio Cardoso Pereira de Melo e Manoel José de Castro, reporem a referida quantia (29). Ao comandante do 13.º Batalhão de 1.ª linha, determina "que faça entrar sem perda de tempo, por todos os meios que estiverem ao seu alcance, a quantia de 420\$080 que falta na mesma" (30).

Esse zelo deve ter provocado um clima de animosidade e ressentimento. Francisco de Paula porém, não se limita às punições, trata de corrigir injustiças. Em 12 de julho de 1831, manda reconduzir ao exército os oficiais afastados por envolvimento político contra Pedro I (31). Cuida também dos soldados cuja alimentação era a pior possível. Para isto oficia ao Comandante do 4.º Corpo de Artilharia de posição, determinando que "quando houvesse de receber tais gêneros, sempre que fossem de má qualidade não aceitasse" (32).

De formação autenticamente militar, não arredonda suas arestas para agradar políticos os companheiros de armas. Natural pois, os oficiais punidos lhe tivessem grande antipatia, o mesmo devendo ocorrer em relação aos soldados, posto que se os protegia melhorando suas condições alimentares, castigava com o maior rigor todos os atos de indisciplina.

Justo, honesto, bem intencionado, cercam-no a desconfiança. Falta-lhe perspicácia para compreender a dimensão de alguns problemas. A insubordinação é um deles. Oficiais políticos procuram conquistar a simpatia das tropas para tê-las ao seu lado por ocasião de alguma crise governamental. Isto reflete-se na disciplina. Nos quartéis, afrouxam-se os regulamentos ou exageram-se nas medidas punitivas. Quanto ao soldado, mais que ninguém ele revela as condições conjunturais da época. O recrutamento fora sempre um dos meios mais usados pela ala governista contra a clientela mais pobre e desprotegida dos chefes oposicionistas. "É uma das mais impolíticas disposições praticadas pelo governo (o recrutamento compulsório), sem que se perceba seus efeitos perniciosos e, como no caso vertente, as péssimas qualidades do espírito se expandem livremente, instigadas por aqueles a quem cabia sua correção. Vingança, violência, fraude, quebra de confiança, são estimuladas e, em lugar de sua suspensão, recebem encorajamento" (33).

Não só a forma absurda de engajamento, mas as próprias condições da vida militar predispunham os homens à revolta: alimentação deficiente, casernas insalubres, pagamento incerto, com atraso de meses, às vezes de anos. Para citar um caso entre dezenas, basta transcrever as observações de Felix Fernandes Portela: "Em conse-

quência da resposta do comandante da fragata, o presidente da província em conselho tomou a medida seguinte: Mandou dissolver o Batalhão N.º 17, dando a cada um dos soldados excusas de serviço e um guia para se retirarem imediatamente para as suas freguesias. Havia porém dois obstáculos a vencer; o primeiro era a falta de dinheiro para pagar os saldos atrasados das praças demitidas (devia-se ao Batalhão N.º 17 quase dois anos de soldo de campanha) por não haver na tesouraria geral dinheiro suficiente para isso; o segundo obstáculo era não haver na província tropa de linha para fazer a guarnição da capital" (34).

Indiferente às críticas, insensível aos elogios, Francisco de Paula persiste em sua campanha de moralização. Justo e inflexível, examina a contabilidade, pune os desonestos e castiga os indisciplinados. Não pode é superar certos desafios. O atraso de pagamento é um deles; independe de suas atribuições. Tem, no entanto, bastante experiência da vida em caserna para compreender que se trata de uma área perigosa, de ignição instantânea, pronta a deflagrar um levante insurrecional de conseqüências imprevisíveis. Assim, com o objetivo de evitar atritos entre militares e civis, determina revista à tropa às vinte horas, ocasião em que os quarteis seriam fechados (35).

A medida talvez tenha provocado uma exasperação dos ânimos, apontar a causa imediata, porém, é tarefa difícil. Dada as circunstâncias, tanto o afrouxamento da disciplina, quanto o rigor, poderiam ter provocado o motim.

O exame da causalidade de um evento exige muito mais que simples processo de isolamento e análise. Importa perceber a constelação de indícios, já que a reconstrução do fato histórico nada tem de arbitrário e, num nível mais radical, é necessário admitir-se que qualquer incidente, só por si, não se impõe necessariamente. Em tudo há sempre o imprevisto. Objetivamente, o acontecimento resulta desse feixe de circunstâncias gerais aos quais acrescenta-se o inesperado, o fortuito, o acaso, enfim.

De início, é possível afastar-se o mito de uma conspiração lusa, tese defendida por Felix Fernandes Portela e depois aceita pelo historiador Milton Melo. Verdade, a hipótese foi levantada por alguns jornais da época, mas sem o respaldo de qualquer prova.

O Diário de Pernambuco chega a afirmar: "Quando referimos os desgraçados sucessos de 14, 15 e 16, dissemos, que sem combinação, e só por princípio de vingança havia parecido a revolta entre os soldados: essa era a nossa opinião, e de muitos conosco (...). É verdade, que os atos de insubordinação na tropa são gerais, máxime onde chegam soldados dos que na Corte deram o fatal exemplo, que foi castigado com abraços, e boas palavras; mas esse mesmo exemplo primeiro de insubordinação foi conseqüência de uma revolta, para esta houve trama, e esta podia chegar até as Províncias, onde os partidários de Pedro Bourbon são ainda os mesmos, e razão nenhuma tem de deixarem de o ser. Acresce, que algumas pessoas asseveram, que pouco antes do rompimento ouviu-se uma girandola de foguetes do ar, e não havia naquele dia festividade alguma" (36).

O articulista não apresenta provas desse "incitamento" e despreocupa-se de esclarecer como recrutaram os soldados. Esquece igualmente de explicar porque os "regressistas" — em sua maioria comerciantes e altos funcionários da burocracia provincial — resolveram assumir o ônus de perderem seus bens entregando a cidade a uma malta desenfreada, ávida por sangue e vingança.

Felix Fernandes Portela, não tem a mínima hesitação em acreditar que a "sublevação dos soldados dos corpos de ilha, foi procurada e ajeitada pelos regressistas e por agentes ocultos assalariados" (37).

Na página seguinte, esquecido do que afirmara antes, reconhece: "mas para os soldados sublevados era ele (Francisco de Paula e Voscancelos) um verdadeiro protetor" (38).

Ora, se o brigadeiro era "um verdadeiro protetor", e os portugueses, vistos em geral como odientos exploradores; de que forma, então, se explica essa contradição, segundo a qual uma tropa subleva-se contra quem a protege para aliar-se a quem lhe defrauda?

Milton Melo admite a tese da "conspiração" e afirma que "seus antecedentes estão vinculados ao partido que se denominava regressista, composto, em sua maioria de portugueses que desejavam o regresso do ex-imperador Pedro I" (39).

Esquecem, ambos, que a única prova concreta em que se baseiam (40) é aquela notícia isolada e tendenciosa do Diário de Pernambuco. Para os autores do século XIX, ao contrário, a revolta nada mais foi que uma mera sublevação militar. Segundo Ignácio de Abreu e Lima, "a sedição começou pelo batalhão N.º 14 na noite de 14 de setembro; porém ao amanhecer do dia 15 já toda a tropa estava completamente amotinada e senhora da cidade do Recife, cometendo os maiores atentados, arrombando portas a golpe de machado, abrindo e saqueando lojas e armazéns, sem que houvesse meio de impedir semelhante barbaridade, pois toda força armada se tinha rebelado de comum acordo" (41).

Lopes Machado descreve a Setembrizada quase com as mesmas palavras de Abreu e Lima: "no dia 14 de setembro, diz ele, amotinou-se (a tropa), cometendo os maiores atentados nas ruas da capital, arrombando a machado as portas das lojas e armazéns, e saqueando quanto neles encontrava" (4).

A tese da "conspiração regressista" é insustentável. Uma forte corrente antilusitana dominava a política da época; logo, qualquer prova ligando os participantes do motim aos seguidores do imperador deposto, seria apresentado pelos juizes que presidiam a Comissão Militar nomeada para apurar o fato. Longe disso, foram os portugueses, donos quase absolutos do comércio a retalho da cidade, as grandes vítimas da Setembrizada. É o que diz o presidente da província, Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos: "Então a canalha, e alguns escravos unindo-se aos soldados continuaram a saquear as lojas e tavernas" (43).

D. João da Purificação Marques Perdigão, bispo capitular de Pernambuco, escusa as facções políticas locais como responsáveis pela insurreição: "A nossa aflição, escreve ele, foi suavizada pela certeza, que gozamos, de que habitantes desta Cidade jamais foram capazes de ter parte; ou aderir aos infames sentimentos daquela porção de tropa, que instituída para a defesa da Pátria; contra ela se conspirou" (44).

Ninguém mais interessado em lançar a culpa de tudo aos aliados de D. Pedro, que o presidente da província, delegado do governo regencial, adversário dos partidários de Lisboa. Para ele, entretanto, o motim ocorrera: "Sem premeditação, sem combinação, e só por princípio de infame vingança pelo merecido castigo que haviam sofrido

de tarde algumas praças se suscitou a desordem pelas 9 horas da noite referida de 14 do corrente no Quartel do Batalhão 14, já distinto pelos seus atos de insubordinação" (45).

O Brigadeiro Francisco de Paula, que, inclusive, vem a perder o Comando das Armadas em Pernambuco, descreve o movimento sem fazer alusão a uma possível conotação política entre os soldados e os partidários do ex-imperador: "Seriam 9 horas da noite, informa ele, quando foi a minha casa o Capitão Comandante interino do Batalhão 14 participar-me que o seu Batalhão se tinha amotinado, dando por causa o não quererem que feixasse o portão depois de passada a revista das 8 horas (como consta da parte do dito Comandante) marchando para o Campo do Erário, Quartel de Artilharia, que estava de guarda, a apoderaem-se das Peças" (46).

Dos soldados que foram presos (47), nenhum deles faz a mínima referência a uma conspiração contra o governo regencial.

Admitir a existência de um "complô", é aceitar o pressuposto de que os regressistas tinham o poder fantástico de calar os revoltados depois de presos.

A hipótese de uma conspiração é uma saída cômoda; achata todos os problemas num lineamento uniforme e isenta o analista de perscrutar outras causas mais sombrias ou menos evidentes. Inexistindo uma conjuração política, há que se desvendar outros motivos. Dentro da perspectiva paternalista de Felix Fernandes Portela, houve "ingratidão" por parte dos soldados, já que Francisco de Paula era um "Verdadeiro protetor" para eles. Na verdade, as medidas moralizadoras do Comandante das Armas tinham como objetivo aperfeiçoar o sistema, não modificá-lo. A conjuntura permaneceria injusta e intolerável para quem não participasse dos favores do estamento dominante. Do ponto de vista do soldado, do escravo, da ralé, pouco importava os responsáveis por desfalques fossem punidos ou o governo deixasse de pagar o aluguel das casas dos oficiais. Fosse qual fosse o grau de decoro administrativo, discriminação permaneceria e os pobres continuariam esmagados nas engrenagens estreitas da economia latifundiária.

Resta o exame puro e simples do levante. Convém, todavia, ter-se a prudência de ultrapassar o fato em si, de superar sua exígua e ardilosa dimensão. Não que seja aconselhável dispensá-lo — objetivo que muitos perseguem — mas evitar aquele estado de reverente submissão às fontes, que envolveu nas areias movediças do positivismo gerações inteiras de historiadores.

Os únicos documentos de que dispõe o analista são fornecidos pelos vencedores: relatórios do Presidente da Província, ofícios do Comandante das Armas, comentários da imprensa local. Através dos vencedores é que conheceremos os vencidos. Consequentemente, a prudência recomenda um uso comedido dessas informações. Daí a recusa da conclusão estanque e a tentativa — uma vez que as fontes não são claras, de tirar da turvação sua clareza.

Um dado pode ser aceito sem muita reserva. No dia 14 de setembro de 1831, cerca das vinte e uma horas, o Comandante do 14.º Batalhão procura o Brigadeiro Francisco de Paula para informá-lo de uma rebelião entre seus soldados. O Comandante das Armas reage com prontidão. Segundo ele: "imediatamente montei a cavalo, acompanhado do dito Capitão e dos ajudantes de Ordens Francisco José Carvalho, e Miguel Afonso Ferreira, unindo-se-me no caminho o Cidadão José Felix de Souza, fui ao campo

e perguntei aos soldados o que queriam, que eu ali estava para dar as providências; exortei-os a que entrassem no cumprimento de seus deveres [...], tive em resposta uma descarga de fuzilaria. Assim desenganado, parti para o Batalhão 14.º onde estava o resto dos soldados, e fiz-lhe igual fala, ao que eles nada responderam.

É simples a reconstituição das medidas tomadas por Francisco de Paula para debelar o levante. Antes de chegarem ao Quartel — ele e alguns oficiais — encontram um grupo de sublevados. Tentam a pacificação, mas são recebidos a bala. Ao que tudo indica, não houve intenção de matá-los, porquanto nenhum deles saiu ferido.

O Comandante das Armas descreve as medidas tomadas logo em seguida: "ex-pedi o ajudante de Ordens Miguel Afonso para o Quartel do Batalhão 13 na Boa Vista, para ordenar ao Comandante de o trazer, e pretendia obrigar com ele, o resto do 14, e os Cidadãos que se unissem, os insubordinados a entrarem nos seus deveres: nesse mesmo instante fui a Palácio fazer tudo ciente a V. Excia, e foi então quando chegou o dito Ajudante de Ordens com a notícia de que já tinha encontrados grupos do dito Batalhão pelas ruas dando tiros, e fazendo desordens, e que ele, e o meu Secretário, que então vinha de sua casa a reunir-se-me, querendo-os fazer retroceder, iam sendo vítimas do seu zelo. Neste estado de coisas tomei a deliberação de ir às Cinco Pontas, único ponto, que estava desembaraçado, por não terem ainda os rebeldes penetrado, mandei tocar arrebate nas guardas, e sinos, e exortando os Cidadãos a que se ar-massem, e se me reunissem para debelar os agressores: fui ao Quartel de Polícia, fiz sair todos os praças, que ali se achavam, inclusive a guarda, e algumas armas, co-mandados pelo Capitão João Francisco de Melo; mas vendo que me era impossível conservar aquele ponto, por ser mui diminuto o número de pessoas que tinha a minha disposição, e porque os rebeldes já cometiam hostilidades naquela vizinhança, resolvi retirar-me para Afogados acompanhado dos mesmos senhores" (49).

O fato torna a repetir-se. O secretário do brigadeiro é atacado pelos amotinados e sai ileso. É mais uma prova de que eles não tinham o propósito de assassiná-los. Em toda revolta, aliás, não consta a morte de nenhum oficial.

Depois de dominarem o Recife, não foi mais possível "tratar com os rebeldes que, senhores das armas e espalhado em grupos por toda a cidade, nada exigiam; não tinham chefe e nem mesmo o levantaram" (50). Limitaram-se a saquear: "no Bairro do Recife nove lojas e quatro tavernas; neste de Santo Antônio trinta e três lojas e uma taverna" (51). Embragados, percorrem a Pracinha do Livramento e as ruas do Quei-mado e do Crespo, fazendo fogo a esmo e gritando:

"fora as colunas, fora o castigo a espada, fora o Brigadeiro, fora os marinheiros; viva o Sr. D. Pedro Segundo, vivam os Brasileiros (52).

Os amotinados do 14.º Batalhão logo recebem apoio dos soldados do 13.º de Artilharia.. Num primeiro impulso de autodefesa, ocupam o Campo do Erário — atual Praça da República — atacam um depósito de material bélico denominado Laboratório, retiram as armas e s munições, põem fogo ao edifício e libertam os presos da Cadeia Pública. Donos absolutos da cidade, recebem apoio de certo número de escravos e vá-rios desocupados. Ato seguinte, assaltam algumas casas residentes e incendiam uma delas no bairro de Santo Antônio. Para a rapidez com que venceram as forças governistas e a espontaneidade contagiante do apoio popular, foram pequenos os prejuízos e baixo

o índice de mortes e depredações. Quanto aos estragos, é possível termos uma idéia dos mesmos através de um Edital publicado por Rodolfo João Barata de Almeida, "fiscal desta freguesia de Santo Antônio do Recife", o qual: "Faz saber aos habitantes deste Bairro de S. Antônio do Recife, que deverão limpar as testadas das ruas que correspondem as suas casas, de vidros, louças quebradas, e lixo, que se lançaram nelas nos dias de perturbação desta cidade, o que deverão fazer no prefixo termo de 8 dias, e não o fazendo, sofrerão as multas marcadas nas Posturas Municipais; e para que chegue a notícia a todos, mandei afixar o presente nos lugares mais públicos deste Bairro, e publicá-lo pelo prelo. Recife, 21 de setembro de 1831, e eu Francisco Amancio Martins, Porteiro Interino da Câmara Municipal o escrevi" (53).

A partir daí, a insurreição ganha uma tonalidade surrealista. Donos da cidade, os rebeldes não prendem o presidente e seu conselho; os quais, refugiados no palácio governamental, sem forças para defendê-los, temem ser massacrados a qualquer momento. Durante três dias furtam e depredam lojas e tavernas; depois, embriagados, são presos por contingentes de civis quase desarmados; quinhentos são chacinados logo em seguida; os restantes, cerca de oitocentos, deportados para Fernando de Noronha.

Cabe agora a pergunta: por que os revoltosos não fugiram para o interior da província após o saque da cidade? Demais, por que foram mais clementes que seus vencedores?

A necessidade de um bom ordenamento metodológico obrigá-nos a questionarmos uma das afirmações de Taine e Le Bon, segundo a qual os levantes populares são sempre dominados por criminosos e vagabundos os *sans avénu*. Para Le Bon, até indivíduos sãos e pacatos, descem, nessas ocasiões, a um nível de perigosa brutalidade. Na opinião de Scipio Sighele, "a psicologia coletiva (...), é fértil em surpresas: cem, mil homens reunidos podem cometer ações que nenhum dos cem ou dos mil teriam cometido estando só, mas estas surpresas são quase sempre dolorosas. De uma reunião de homens bons, não se obterá quase nunca um resultado excelente; obter-se-á muitas vezes, até, um resultado muito mau" (54).

Ao contrário do que diz o antropólogo italiano, o domínio da cidade do Recife nos dias 14, 15 e 16 de setembro de 1831, não levou os amotinados a resultados tão sangrentos, apesar de terem justos motivos de ódios e ressentimentos. O que os impediu, então, de cometerem um número maior de excessos?

Quem explica melhor o fenômeno, em nossa opinião, não são os antropólogos ou os sociólogos, mas um romancista, Alessandro Manzoni, em seu livro *I Promessi Sposi*. Para ele, "em toda arruaça há sempre certo número de pessoas que, por paixão, fanatismo, intuítos perversos ou gosto pela desordem, timbram em levar as coisas ao extremo pior. Em compensação, outra corrente, animada do mesmo ardor, se empenha sempre em conseguir o efeito oposto. "Viva" e "Morra" são os brados mais ouvidos, e cada uma das facções se esforça por granjear o apoio da massa indiferente" (55).

Provável subsistisse naquela multidão desenfreada, a ambivalência: revolta e respeito. Da primeira resulta o motim; da segunda, o refreamento, aquela corrente mais branda, mais submissa, mais temerosa das consequências. É possível, também, que a contradição do sentimento os tenha levado à fuga, ao embrutecimento pelo álcool. O certo é que a espontaneidade revolucionária vive latente onde predomina a injustiça e a espoliação, mesmo que, a curto prazo, os resultados sejam medíocres e efêmeros.

"O observador destituído de preconceitos partidários, lembra Deconflé, registra um número enorme de movimentos revolucionários que surgem bruscamente sem preparo ou prelúdio especiais e, coisa ainda mais singular, sem líderes. Era apenas aparente a ironia de Sartre quando anotava, a propósito das manifestações em maio de 1952 na França: "Um movimento que brota de si mesmo, que não tem cabeças? Alguma coisa deve haver debaixo disso" (Os Comunistas e a Paz). Ele assim preservava proveitosamente a análise contra um refluxo de auto-satisfação que consistiria em encher volumes e mais volumes de recensões de "movimentos espontâneos" sem arriscar uma problemática de interpretação" (56).

O historiador conseqüente não deve temer a ironia dos críticos quando arriscar uma conclusão conceitual a respeito de um fenômeno tão fluido e inconsistente como a "espontaneidade" contestatória das massas. "Antes da crítica cortante, aconselhava Lucien Febvre, não seria de todo mau se perguntassem a si próprios sobre a sua produção intelectual. Para exercer implacavelmente sua função crítica, eles têm forçosamente diante de si um exemplar qualquer — a "vítima". Mas, este exemplar, bom ou mau, representa algo produzido. E quantos dos críticos **veementes** têm um lastro considerável de publicações e de obras?

Tão rápido quanto venceram, os insurretos foram vencidos. O resultado, aliás, era previsível. Logo no dia 15 de setembro, abandonam a Fortaleza do Brum e vão participar do saque da cidade. Deixam de ocupar as estradas de acesso ao interior da província, as pontes e o palácio governamental. Sem chefia ou liderança, entregam-se a uma espécie de compulsiva alucinação, ao deboche, à embriaguez, quando, então, são presos e dominados.

O governo, ao contrário, age rápido e com determinação. De Olinda, logo no dia 16, à noite, parte uma força em direção ao aterro da Boa Vista sob o comando do Cel. Francisco Jacinto.

Em ofício dirigido aos regentes, o presidente da província relata a fase final do levante: "No dia 16, tendo-se reunido gente na Boa Vista, para onde se haviam refugiado o Sr. Comandante das Armas, e os Cidadãos da Boa Vista no bairro do Recife e mesmo no de Santo Antônio, retirando-se alguns praças do Batalhão 13 para o quartel de Artilharia, e outras reunidas aos paisanos e havendo muitos dos saqueadores debandado-se, avançou a gente que estava na Boa Vista para Santo Antônio, onde travou-se com os soldados que estavam no Palácio Velho, os puseram em fuga desarmando-se os que restavam e fazendo-os embarcar presos para bordo dos Navios Nacionais. Afugentados assim os soldados, começou-se a ordem, e apesar de alguns abusos podemos dizer, que estávamos em tranqüilidade, ao menos tanta quanto é possível obter em 48 horas depois de outras tantas de anarquia completa" (57).

Resta agora mais uma indagação, uma pergunta lógica: por que não se formou uma frente única, um "front populaire" entre soldados, desempregados e negros do Quilombo do Catucá?

Com efeito, o quilombo ocupava uma área de matas que se estendia entre Paudalho, Vitória de Santo Antão, Igarapé, Goiana e Olinda. O perímetro urbano do Recife quase se confundia com ele, que dominava desde Pasmado, Frágoso, Macacos e Paratibe. A capital da província assemelhava-se a uma pequena ilha, sufocada pelas matas, que chegavam até Campo Grande, Beberibe, Afogados, Várzea e Poço da Panela. Todos

esses arrabaldes eram povoações afastadas, de difícil acesso aos bairros centrais de Santo Antônio e Boa Vista. Barcos ligavam Olinda a Recife e os caminhos por terra eram ladeados por mangues, matas e canaviais.

Poder-se-ia argumentar, alegando ter sido impossível uma aliança entre os soldados e negros quilombolas, dado a distância "étnica que os separava," a qual, segundo essa linha de raciocínio, resultava de uma política colonialista, cujo objetivo foi sempre eliminar os perfis culturais de cada raça, impossibilitando o relacionamento ideológico, entre pretos, índios ou brancos. Sem querer discutir a validade ou não dessa argumentação, pode-se dizer, no caso específico da Setembrizada, que nenhum abismo cultural ou étnico, separava os não graduados das tropas de linha, dos negros quilombolas. A soldadesca, em sua maioria esmagadora, era composta de negros libertos, mulatos e uns poucos brancos pertencentes aos escalões mais baixos da pirâmide social. Uma rígida separação entre brancos e pretos, à semelhança do que ocorria nos domínios protestantes de origem anglo-saxônicas, nunca houve no Brasil colônia. Tollenare observa: "O número dos negros livres e dos mulatos é aqui muito considerável; conta-se entre eles alfaiates, sapateiros, etc, inteligentes e que possuem escravos. Adquirem, por isso, sobre os brancos ociosos uma tal superioridade que a linha de demarcação entre cores é quase destruída, e com ela o preconceito sobre o qual, nas outras colônias, o branco conta tanto para manter o negro na submissão" (58).

Logo, se não houve uma aliança entre sediciosos e os quilombolas do Catucá, as causas e as razões foram outras, menos complexas e, como quase sempre acontece, mais simples e lógicas, posto que em história, como na vida, a reta continua sendo a distância mais curta entre dois pontos.

Os soldados nem foram induzidos à revolta por agentes do partido regressista nem tiveram quaisquer objetivos políticos. Seus horizontes eram mais limitados, suas razões, disservíveis. Achatados e anulados por regulamentos tirânicos, acumularam, durante anos, uma surda revolta; esta, veio eclodir, quando o Comandanae das Armas passou a exigir revista nas primeiras horas da noite. Dada a facilidade como ocuparam a cidade houve uma espécie de surpresa por parte deles e a própria anulação da influência repressiva da oficialidade, paradoxalmente, agiu com a força de um anestésico anulando aquele ardor turbulento e fazendo com que passassem a confundir num mesmo nível, o fim e o meio da sublevação.

Os negros do Catucá sabiam que suas forças eram insuficientes para um desafio frontal ao sistema. Por sua vez, o governo não dispunha de tropas suficientes para exterminá-los. Dessa fraqueza dupla surge um **modus vivendi**: os quilombolas se detinham nos limites das povoações vizinhas; em troca, as forças repressoras não entravam nas matas por eles dominadas. Quando muito, o governo tomava medidas para impedir a multiplicação das fugas dos escravos. Um exemplo é o Edital seguinte da presidência da província: "Faço saber (...) que nenhum escravo de qualquer sexo, ou qualidade que seja, possa sair fora da cidade de Recife e Olinda, para qualquer fim, nem transitarem de umas fazendas a outras, ou para as ditas cidades, sem que sejam munidos de bilhetes de seus senhores, em que se declare expressa e claramente o nome e sinais do escravo, o lugar para onde vai e quais circunstâncias mais se fizer precisar" (59).

Os demais, mesmo quando individualmente se rebelavam contra alguma injustiça, agiam dentro da mesma lógica do sistema, não sendo tal revolta uma real e autêntica contestação. É aliás o que observa Koster: "Os mulatos e todas as pessoas de sangue

mestiço desejam aproximar-se dos brancos e, quando possível, estabelecer relações de parentesco. Também o mestiço procura passar por mulato e se persuade, assim como aos outros, que em suas veias se encontra uma certa porção de sangue branco, embora provendo unicamente, de fontes indígenas e negras. Os únicos que não podiam ter pretensões a nenhuma mistura de sangue, chamam-se negros, e a impossibilidade de serem confundidos como membros de outra raça qualquer, reúne os indivíduos sob fortes laços dessa denominação comum. São homens elegantes, ousados e bravos, obedientes aos brancos, procurando agradá-los mas facilmente irritáveis a menor alusão a sua cor, feita por pessoas mais clara, enraivece-os no mais alto grau. E dizem algumas vezes — **Negro sim, porém direito!** Distinguem-se dos seus irmãos escravos devido a sua situação superior de homens livres" (60).

Em consequência, tanto os soldados quanto os negros que permaneciam entre os brancos, gravitavam em universos distintos daqueles em que viviam os habitantes do Catucá. Seria impossível, pois, o surgimento de uma frente única entre ambos.

Resta um último ponto a ser esclarecido: o nome da localidade "Chora Menino" e a repressão brutal que se seguiu à derrota dos sediciosos.

Ora, o motim resultou mais num susto que num perigo real para as classes proprietárias — o assalto de um pequeno número de lojas e algumas tavernas.

Revolta espontâneo e contagiante, nada houve entre os participantes da Setembrizada que demonstrasse um desejo sádico de matar ou assaltar pessoas, destruir residências particulares, repartições públicas ou igrejas. Não houve um único caso de violação de mulheres.

Segundo o relatório da presidência da província, o número de mortes "por ocasião do saque e os que se bateram contra elles chegaria a trinta e muitos feridos, alguns dos quais levemente." É de presumir-se que essas pessoas foram mortas e feridas durante os combates. Todavia, se entre as forças repressoras o número de baixas foi pequeno, o mesmo não ocorre em relação aos amotinados, posto que pereceram quinhentos deles, sendo enviados oitocentos para Fernando de Noronha (61).

Se em combate tombaram cerca de trinta pessoas, como se explica que civis quase desarmados prendessem oitocentos revoltosos e eliminassem quinhentos deles?

A elucinação de enigma não é difícil. Basta atentarmos para dois fatores: primeiro, essa soma alta de mortos não se deu em combate, foi um assassinato; segundo, as forças da ordem estavam aterrorizadas, daí, talvez, essa implacável severidade.

Para os **bien pensants**, casos como o da Setembrizada não passam de uma espécie de loucura coletiva e como tal devem ser abolidos por meio de repressões violentas, capazes de extirparem do corpo social "esses germes nocivos". A violência passa a ser legitimada sob a justificativa de que as forças da ordem tiveram de combater contra sub-homens, verdadeiras bestas enlouquecidas.

No caso em estudo, não é difícil detectar-se os fundamentos ideológicos da repressão. Então, como agora, o privilegiado é o único dotado de uma verdadeira existência; o não-privilegiado simplesmente inexistente. É o que se desprende das palavras untuosas de D. João da Purificação Marques Perdigão, bispo capitular de Pernambuco: "O horroroso atento, a mais atroz perfídia, e negra traição, perpetrada insolentemente contra huma Cidade pacífica, finalizou no curto espaço de tempo por efeitos da Divina

Clemência, em cuja Presença não cessamos de orar para que, por meio da Celebração do Incruento Sacrificio, e mais supplicas, viesse sobre nós a misericórdia Divina, **que jamais permite que seos agraciados pereção na tribulação**" (62).

José Joaquim Pinheiro de Vasconcelos, presidente da província, faz ligeira referência aos massacres em seu relatório, eximindo-se de criticar ou condenar os assassinos: "Afugentados assim os salteadores, começou a restabelecer-se a ordem, **e apesar de alguns abusos**, podemos dizer, que estamos em tranquilidade" (63).

O Brigadeiro Francisco de Paula, nada diz também sobre o massacre: "Intrépidos Officiais! Vossos sentimentos, vosso denodo acabam de penhorar de modo o mais vivo a gratidão da Pátria, e se hum dia a história dos nossos sucessos referir com negrume e o oprobrio tão lamentaveis scenas, e seus infames authores, vossos esforços, vosso valor, saberão ao menos temperar a colera, e mitigar o resentimento dos vossos vinctouros" (64).

O terror contra-revolucionário tem sua origem no medo das classes conservadoras de serem alijadas do poder (65). A Setembrizada, apesar de ter sido um movimento acéfalo, de curta duração e ínfimo alcance, gerou um pavor contagiante nas províncias vizinhas.

Da Paraíba, comunica o presidente Francisco José Meira: "Em o dia 17 aqui se teve a infausta, e sempre lamentável noticia da anarquia com que lutou essa Província (refere-se a Pernambuco), e reunindo o Conselho resolveu immediatamente (ilegível) destacamentos para diversos pontos da costa, com ordem aos Juizes de Paz, e aos Comandantes para apreenderem a quaesquer jangadas que aportassem sem trazerem carga alguma (para) negociante(s) d'aqui, e da mesma forma aos do interior a fim de prenderem a qualquer pessoa que passe sem passaporte, e igualmente às Camaras, a fim de na crise actual melhor cuidarem na policia de seu município" (66).

No Rio Grande de Norte, as classes dominantes sentem, da mesma maneira, o pavor provocado pela Setembrizada. Logo que tomou conhecimentos dos fatos ocorridos no Recife, escreve o presidente Antônio da Rocha Burma: "Em consequência do officio que V. Excia. me dirigio em 17 do corrente participando-me o horroroso attentado cometido nessa capital pela Tropa de 1.ª Linha de uma guarnição e que me foi entregue no dia 24 do dito mez, eu convoquei immediatamente o Conselho do Governo para deliberar sobre hum negocio de tanta importancia; e o mesmo Conselho, à vista de tão atraz acontecimento e dos receios que nesta cidade já havião de hostilidade **semelhante natureza; e que eu a dias trabalhava por prevenir**, resolveo, que se desse baixa à todos os Officiaes Inferiores e Soldados de 1.ª Linha, desta Província, ficando à penas hum numero de Praças escolhidos, que bastasse para o serviço da Cidade" (67).

Uma conspiração de silêncio seguiu-se ao assassinato dos soldados. Estes foram mortos perto do Palácio do Mondego (atual Colégio Salesiano), numa campina que ficou conhecida depois por "Chora Menino". Diz Alfredo de Carvalho, "ser tradição que por ocasião da formidável revolta militar havida no Recife, em 14, 15 e 16 de setembro de 1831, foi massacrado grande número de soldados amotinados no lugar que ainda hoje conserva aquela denominação" (68).

O autor dos "Anais da Imprensa Periódica de Pernambuco" é talvez o único historiador que se refere ao assunto com objetividade. Os demais, ou não tiveram acesso às informações ou compactuaram com a "conspiração" que logo depois ocultou o fato.

Com efeito, seria absurdo supor, que os soldados donos absolutos dos bairros de Santo Antônio e do Recife, atravessassem o aterro da Boa Vista e o Mondego (trecho que hoje compreende a rua Dom Bosco e a entrada da Avenida 4 de outubro no Derbi) para assassinar algumas pessoas, quando, com maior segurança e menor trabalho, poderiam tê-lo feito no Campo do Erário, nas ruas do Crespo, do Queimado ou do Forte, enfim, em qualquer parte das zonas por eles conquistadas.

Vários historiadores acreditam na versão difundida pelas fontes oficiais. Sebastião de Vasconcelos Gaivão, por exemplo, aceita a interpretação que coloca os algozes no lugar das vítimas. Para ele, o nome "Chora Menino" tem sua origem no seguinte: "Em 1831 depois do saque que a tropa da guarnição da cidade, insubordinada, fez na revolta conhecida por Setembrizada, os soldados e varios indivíduos máos, associados aqueles, não só arrombaram as casas e as roubaram mas violaram lares, cometiam toda a sorte de atrocidades e mortes. Foram nessa paragem enterrados muitas daquelas vítimas falecidas. Então os visionários, que alta noite passavam por ali diziam ouvir, sempre choros de meninos" (69).

Em 1852, o viajante inglês William Hadfield, recolheu a seguinte versão: "Chora meninas (é assim que grafa o nome da localidade) quer dizer literalmente, meninos que choraram, nome dado ao lugar por haver sido cenário de contendas sangrentas, nos conflitos civis de tempos idos, quando as filhas dos assassinados enchiam o ar com suas lamentações, sobre os cadáveres que jaziam espalhados na terra" (70).

Entre os responsáveis pelo massacre, houve a perocupação de transformar o concreto em falso, a alegoria em verdade, a luz em trevas. Esse desejo foi tão generalizado, que em 1846, um jornal conservador, O Saquarema, chega, num requinte de ambiguidade, a insinuar terem sido as vítimas os autores dos assassinatos: "esta província, escreve o articulista, que estudando no grande livro da experiência, nesse livro escrito com sangue ainda quente derramado com crueldade inaudita sob diferentes pretextos, ora no lutuoso Chora-Meninos, logo em Recife, depois nas Cinco Pontes, e mais adiante nas matas de Goiana, aprendeo nessa horrivel carneficina, filha ilegítima e predileta da effervescencia popular, a apreciar os gosos da estabilidade e da ordem, que a monarquia garante" (71).

A Setembrizada foi um motim sem conotações políticas; resultante de uma conjuntura injusta, cogumelo maligno que floresceu na escuridão de um sistema abafante, de uma sociedade sufocada pelo latifúndio e ferida pela escravidão.

NOTAS

1) Narração Oficial dos Acontecimentos da Província de Pernambuco nos dias 14, 15 e 16 de setembro" (daqui por diante referido por NOAPPE). **Revista do Instituto Archeologico Histórico e Geográfico de Pernambuco** (RJAHGPe) Vol. X, N.º 56, março de 1902, p. 79.

2) Relatório do Presidente da Província. Códice Correspondência dos Presidentes de Província (1829 - 1831) P.P. — 6 Arquivo Público do Estado de Pernambuco (APEPe).

3) Idib.

4) Koster, Henry — **Viagens ao Nordeste do Brasil**. 2.ª Ed. Recife, Governo do

Estado de Pernambuco, 1978, p. 55. O assunto foi tema constante em nossos debates políticos. Em 3 de Janeiro de 1865, escreve o redator do **Diário de Pernambuco**: "No meio do geral assentimento dos corações brasileiros, houve um nesta Província que suscitou dúvidas: Gervásio Pires Ferreira. Conhecedor Profundo dos nossos instintos e apreciador das circunstâncias locais, ele aceitava a idéia da independência nacional; mas quanto à nossa união com o Rio ele opunha sisudas ponderações demonstrando que nos cumpria estabelecer condições. "Em artigo publicado na edição de 11/10/1876 do **Diário de Pernambuco**, analisa Maciel Pinheiro: "Influências de ordem política têm concorrido para que mais se caracterize e acentue a diferença entre o Norte e o Sul do do Brasil. No Sul está o Governo, a cujo influxo imediato tudo se anima e desenvolve, a cujo contacto vivificam-se as indústrias, com cujo fomento as forças naturais fazem a riqueza do país". Em 2/1/1878, observa um articulista de **O Jornal do Recife**: "Dia a dia vão se modificando mais profundamente as condições de existência do Norte e do Sul do Império". (...) "A centralização administrativa que absorveu todos recursos e toda a vitalidade das Províncias do Norte, sem jamais satisfazer o múltiplo e variadíssima encargo que assumira, criou essa situação em que metade do Brasil, do São Francisco ao Amazonas é como um cadáver que se decompõe, atado à outra metade que o espezinha".

5) **Código Correspondência do Corpo de Polícia (1825 - 1832) P.M.** — 1 APEPe.

6) Ibid.

7) Idem. Ibid. (Os grifos são nossos).

8) Tollenare, L.F. — **Notas Dominicais**. 2.ª Ed. Recife, Governo do Estado de Pernambuco, 1978, p. 22.

9) **Código P.M.** — 1. (Os grifos são nossos).

10) Idib. (Grifos nossos).

11) Correia de Andrade, Manuel — **Movimentos Nativistas em Pernambuco — Setembrizada e Novembrada**. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1971, p.p. 62, 63.

12) **Código PM** — 1. Ofício de 16/1/1832.

13) Ibid. Ofício de 3 e 8 de novembro de 1825, de Antônio Maria da Silva Torres, Ten-Cel. Comte. do Corpo de Polícia, ao Presidente da Província, José Carlos Marinch da Silva Ferrão.

14) Idem. Ibid. Ofício de 3/8/1832 do Comte. Geral dos Guardas Municipais Permanentes, Manuel Cavalcanti de Albuquerque ao Vice-Presidente Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque. (Os grifos são nossos).

15) Koster. Op. Cit. p. 304 (Os grifos são nossos).

16) Cfr. Portela, Felix Fernandes — **Setembrizada, a Abrilada e a Guerra dos Cabanos**, in RIAHGP, vol. X N.º 58, 1903, p.p. 427, 428, o qual diz: "Em consequência da resposta do comandante da fragata, o presidente da província em conselho tomou a medida seguinte: Mandou dissolver o Batalhão N.º 17, dando a cada um dos soldados excusas do serviço e uma guia para se retirarem immediatamente para as suas freguesias".

sias. Havia porem dous obstaculos a vencer; o primeiro era a falta de dinheiro para pagar os soldos atrasados das praças demitidas (devia-se ao Batalhão N.º 17 quasi dous anos de soldo de campanha).

17) Ofício de 27 de agosto de 1831 do Brigadeiro Francisco de Paula e Vasconcelos, ao Presidente da Província. Códice PP — 6, ADEPe.

18) Ibid. Ofício de 1 de setembro de 1831, do Vice-Prsidente do Ceará, José de Castro e Silva, a Joaquim Pinheiro de Vasconcelos.

19) Idem. Ibid. Ofício de 6 de outubro de 1831, do Presidente da Paraíba, Francisco José Maira.

20) O eco dessa tendência centrifuga repercute ainda, dez anos depois, no jornal de Borges da Fonseca, **O Correio do Norte**, de 20 de novembro de 1841: "Vencerá a oligarquia do Rio de Janeiro? Estamos persuadidos que não, mas si por fatalidade esa liga tenebrosa puder submeter tão importante província, jamais deve contar com a submissão das outras. Talvez que esa liga, que ja precipitou o primeiro imperador, auresse agora um fato que teria de realizar-se mais remotamente, a divisão do Norte do Brasil, e d'estarte mui diretamente concorra para o nosso bem que é bem extraordinario o d'esses monstros que acoitados na corte do Rio de Janeiro, so existem para flagelo do povo e ignorancia da nação.

21) Cfr. Lyotard, Jean — François — **A Fenomenologia**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967, p. 105: "... a realidade histórica não é essencialmente constituída, como a realidade física, mas essencialmente aberta e inacabada; existe um discurso coerente da física porque existe um universo físico coerente, mesmo para o físico; mas no universo histórico por mais coerente que seja, essa coerência é sempre inacessível ao historiador porque tal universo não é fechado".

22) Melo, Antônio Joaquim — **Apenso à Biografia de Gervásio Pires Ferreira**. 2.ª Ed. Recife, UFPE, 1973.

23) Cfr. Lima Sobrinho, Barbosa, in Prefácio ao livro **O Socialista**, do Gen. Abreu e Lima, 2.ª Ed. Rio de Janeiro, Ed. Paz e terra, 1979, p. 14.

24) Kostler, Arthur — **O logue e o Comissário**, São Paulo, Instituto Progresso Editorial, 1947, p. 187, (Os grifos são nossos).

25) Deconflé, André — *Sociologie des Revolutions*, Paris, Coll. "Que sais-je?" n.º 1298 PUF, 1969, p. 30.

26) Cfr. **D. Pern.** Recife, 4 jul. 1831.

27) Correia de Andrade — Op. Cit. p. 65.

28) **D. Pern.** Recife, 23 jul. 1831.

29) **D. Pern.** Recife, 1 ago. 1831.

30) **D. Pern.** Recife, 31 ago. 1831.

31) Ordem Adcional do Dia in **D. Pern.** Recife, 14 jun. 1831.

32) **D. Pern.** Recife, 8 ago. 1931.

33) Koster — Up. cit. p.p. 304, 305. Sobre o assunto, salienta Oliveira Lima, in **Instituições Políticas Brasileiras**, 2.^a Ed. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, vol. I, p. 301: "o recrutamento foi a arma mais poderosa de intimidação que o antigo regime conheceu". Souto Maior, Armando, in **Quebra-Quilos — Lutas Sociais no Outono do Império**. Cia. Editora Nacional — MEC, 1978, p. 181, constata: "Pertencer ao partido contrário, era, teoricamente, candidatar-se ao recrutamento, quando não se tinha prestígio sócio-econômico para a isenção legal".

34) Fernandes Portella Op. Cit. p. 428.

35) **D. Pern.** Recife, 23 set. 1831.

36) **D. Pern.** Recife, 28 set. 1831 (Os grifos são nossos).

37) Fernandes Portella — Op. cit. 428.

38) Ibid. p. 427.

39) Melo, Milton F. de — **A Setembrizada** — Recife, Edição da Diretoria de Documentação e Cultura da Prefeitura do Recife, 1951, p. 31.

40) Bem verdade, Fernandes Portella refere-se a um folheto quase ininteligível que teria recebido de um português envolvido na Abrilada, mas não apresenta qualquer prova de sua autenticidade, Cfr. Fernandes Portella — Op. cit. p. 425.

41) Abreu e Lima, José Ignácio de — **Synopsis — Dedução Chronologia dos Factos mais Notaveis da História do Brasil**. Pernambuco, Typ. de D.F. de Faria, 1845, p. 353.

42) Lopes Machado, Maximiano — **Esbôço Biográfico do Senador do Império Antônio Pinto Chichorro da Gama**. Pernambuco, Typ. Industrial, Rua do Imperador N.º 75, 1887, p. 7.

43) **NOAPPe** — Op. cit. p. 80.

44) **D. Pern.** Recife, 24 set. 1831.

45) **NOAPPe** — Op. cit. p. 79.

46) **D. Pern.**, Recife, 23 set. 1831.

47) Cfr. Milton Melo — Op. cit. p. 58.

48) **D. Pern.** Recife, 23 set. 1831.

49) Ibid.

50) **PP — 6** — Op. cit.

51) Idem.

52) **D. Pern.** 1 out. 1831.

53) **D. Pern.** 23 set. 1831.

54) Sighele, Scipio — **A Multidão Criminosa**. Rio de Janeiro, Organização Simões, 1954, p.p. 57, 58.

- 55) Manzoni, Alessandro — **I Promessi Sposi, storia Milanese del secolo XVII.** Milão, Rizzoli Editora, 1957, p. 111.
- 56) Decouflé — Op. cit. p. 73.
- 57) **NOAPPe** — Op. cit. p.p. 47, 48.
- 58) Tollenare — Op. cit. p. 113.
- 59) Editorial de 3 out. de 1826 sobre os Quilombos. Código PM - 1 Op. cit.
- 60) Koster — Op. cit. p.p. 380, 281.
- 61) Cfr. Milton Melo — Op. cit. p. 58.
- 62) D. Pern. Recife, 24 set. 1831.
- 63) **NOAPPe** — Op. cit. p. 81 (Os grifos são nossos).
- 64) **Ibid.** p. 65.
- 65) Cfr. Kiernan, Victor — **Revolution and Reaction, 1789 — 1848**, in *New Left Review*, Londres, Março-Abril, 1963, p.p. 69, 79.
- 66) Ofício de 20 set. de 1831 do P.P. da Paraíba, Francisco José Meira, in *Código PP-6*.
- 67) Ofício de 30 set. de 1831, do P. do Rio Grande do Norte, Antônio da Rocha Burna. **Ibid.**
- 68) Carvalho, Alfredo de — **Annaes da Imprensa Periodica Pernambucana, 1821 - 1908.** Recife, Typ. Ofício, 1909, p. 182.
- 69) Vasconcelos Galvão, Sebastião de — **Diccionario Chorographico, Historico e Estatistico de Pernambuco** — Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Vol. 3.º. 1921, p. 427.
- 70) Hadfield William — *El. Brasil, el Rio de la Plata y el Paraguay vistos por um viajero en 1852.* Buenos Aires, Editorial Difusam, 1943, p.p. 46, 47.
- 71) **O Saquarema**, Recife, 20 jul. 1846.